



INFORME

Informativo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP

ARTIGO

LINHA DO TEMPO DO SERVIÇO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO PÁGINA 3

ESPAÇO CONGREGAÇÃO

OFÍCIO GD-091/2005/FFLCH PÁGINA 4

RESOLUÇÃO SOBRE A LEI Nº. 9610/98
DIREITOS AUTORAIS E PRODUÇÃO DE CÓPIAS REPROGRÁFICAS PÁGINA 4

ESPAÇO MEMÓRIA

ENTREVISTA COM FERNANDO HENRIQUE CARDOSO PÁGINA 5

ENTREVISTA COM GABRIELA PELLEGRINO SOARES PÁGINA 9

ENTREVISTA FRANCISCO ALAMBERT PÁGINA 10

ENTREVISTA COM PAULO TEIXEIRA IUMATTI PÁGINA 13

ENTREVISTA COM LINCOLN SECCO PÁGINA 15

ESPAÇO DISCENTE

(QUAIS) UNIVERSIDADE E DEMOCRACIA (?) PÁGINA 17

EVENTOS

DOAÇÃO DE LIVROS CHINESES PÁGINA 17

DOAÇÃO DE LIVROS ALEMÃES PÁGINA 18

JORNADA DE DEBATES SOBRE LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA PÁGINA 18

PRODUÇÃO DOS DOCENTES DA FACULDADE

PÁGINA 19

EDITORIAL

Abre esta edição do Informe o artigo escrito por Márcia Elisa Garcia de Grandi, chefe do Serviço de Biblioteca e Documentação, no qual é traçada a linha do tempo com as datas mais importantes, desde o início do funcionamento da Biblioteca.

A posição oficial desta Faculdade a respeito da aplicação da Lei n.9610/98 - Direitos Autorais de Produção de Cópias Reprográficas - é divulgado no documento redigido por uma comissão de docentes e aprovado pela Congregação da Faculdade. Foi encaminhado à reitoria pelo Diretor desta unidade, Prof. Sedi Hirano, conforme está registrado neste número.

O entrevistado do Espaço Memória é Fernando Henrique Cardoso, docente aposentado do Departamento de Ciência Política e Professor Emérito, desde 1992, quando lhe foi conferido este título. Ainda no âmbito do projeto de entrevistas com docentes da casa, comparecem neste número Gabriela Pellegrino Soares, Lincoln Secco, Francisco Alambert do Departamento de História e Paulo Teixeira Lumatti, pesquisador do Instituto de Estudos Brasileiros, contratados após a greve dos alunos, em 2002.

Nesta edição também é retomado o Espaço Discente com o artigo "(Quais) Universidade e Democracia(?)", escrito por Luciano Laface, diretor do DCE Livre da USP "Alexandre Vannuchi Leme", centrado no tema das eleições para reitor, com as quais a USP estará às voltas este ano.

Dois importantes eventos contribuíram para diversificar o acervo da Biblioteca Central da FFLCH. A Embaixada da China e a Associação Alemã para Fomento à Pesquisa doaram livros, cujos títulos contemplam obras de especial importância para os Departamentos de Letras Orientais e Letras Modernas.

São anunciadas a Jornada de Debates sobre Literatura Brasileira Contemporânea, o Lançamento da Revista Literatura e Sociedade 8 e as publicações de livros de docentes e discentes, encaminhadas à Assessoria de Comunicação.

Serão retomados no projeto editorial do Informe, ainda em fase de reformulação, Os Espaços Docente e do Funcionário. Aceitam-se sugestões neste sentido.

Problemas de ordem técnica determinaram um recuo na proposta de se anunciarem com antecipação as dissertações de mestrado e teses de doutoramento a serem defendidas. A partir do próximo número volta-se à sistemática de divulgação anterior, assegurando-se a relação de todas as defesas.

EXPEDIENTE

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

REITOR:

Prof. Dr. Adolpho José Melfi

VICE-REITOR:

Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz

DIRETOR:

Prof. Dr. Sedi Hirano

Vice-Diretora

Profa. Dra. Sandra Margarida Nitri

COMITÊ EDITORIAL DO INFORME: Profa. Dra. Sandra Margarida Nitri (DTLLC), Profa. Dra. Eni de Mesquita Samara (DH), Prof. Dr. Gabriel Cohn (DCP), Prof. Dr. Pablo Ruben Mariconda (DF), Profa. Dra. Maria Aparecida de Aquino (DH), Profa. Dra. Esmeralda Vailati Negrão (DL), Sra. Eliana Bento da S. A. Barros (AÇÃO) - Membro Assessor. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO: Eliana Bento da Silva Amaluzzi Barros - MTb 35814. COORDENAÇÃO: Dorli Hiroko Yamaoka - MTb 35815, PROJETO GRÁFICO: Dorli Hiroko Yamaoka, Erbert A. Silva - MTb 35870. COLABORADORES: Daniel Cantinelli Sevellano, Denis Oliveira e Silva, Verônica Reis Cristo. REVISÃO: Bruna Baldini de Miranda. SERVIÇO DE ARTES GRÁFICAS: João Fernando Querido Salvado. IMPRESSÃO: Gráfica - FFLCH/USP. TIRAGEM: 1500 exemplares.

ARTIGO

LINHA DO TEMPO DO SERVIÇO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A história do Serviço de Biblioteca e Documentação confunde-se com a trajetória da própria Faculdade, uma vez que os primeiros acervos começaram a ser formados a partir da fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em 1934.

Entre as datas mais significativas destacam-se:

- 1937** – Instalação da Biblioteca na Rua da Consolação, 16
- 1938** – Transferência da Biblioteca para o prédio da Alameda Gleite
- 1939** – Transferência da Biblioteca para o prédio da Escola Caetano de Campos, na Praça da República
- 1947** – Transferência da Biblioteca para o prédio da Rua Maria Antonia, 258
- 1968 – 69** – Transferência dos acervos para a Cidade Universitária
- 1970** – Separação dos acervos, de acordo com a Reforma Universitária, permanecendo na FFLCH as bibliotecas departamentais e aquelas ligadas aos Centros de Estudos
- 1973** – Constituição da Primeira Comissão de Bibliotecas da FFLCH / USP
- 1975** – Aprovação da unificação das Bibliotecas da FFLCH / USP
- 1976** – Elaboração e apresentação do primeiro Programa para Construção da Biblioteca Central da FFLCH / USP
- 1987** – Criação do Serviço de Biblioteca e Documentação, unificando as Bibliotecas da FFLCH / USP
- 1991** – Inauguração do primeiro módulo da Biblioteca Central e integração do acervo de Letras e dos Serviços Técnicos e Administrativos
- 2001** – Inauguração do segundo módulo da Biblioteca Central e integração dos acervos de Filosofia e Ciências Sociais
- 2005** – Término do terceiro módulo da Biblioteca Central e integração dos acervos de Geografia e História



foto: Anderson de Santana (SBD)

FOTO DA FACHADA DA BIBLIOTECA CENTRAL

BIBLIOTECA CENTRAL

No período de 14 de Fevereiro a 05 de Março de 2005 a Biblioteca esteve fechada para atendimento ao público em decorrência da transferência dos acervos de Geografia e História para o prédio da Biblioteca Central.

No dia 07 de Março a Biblioteca reabriu suas portas, marcando a etapa final do processo iniciado no ano de 1976, com a elaboração e apresentação do primeiro Programa para Construção da Biblioteca Central da FFLCH/USP.

Com a construção do terceiro módulo do prédio foi possível acomodar apropriadamente todo o acervo, mobiliário e equipamentos reservados aos usuários. O espaço anteriormente ocupado pela Biblioteca foi reorganizado, tendo em vista a integração dos acervos e otimização do atendimento.

Entre as mudanças na infra-estrutura figuram: Sala ampliada para Estudo em Grupo, Espaço reservado para Mapoteca, Materiais Audiovisuais, Coleções Especiais e Produção Docente, Cabines individuais para pesquisadores e docentes visitantes, ampliação do número de computadores para acesso a e-mails e pesquisa. Alguns ajustes ainda estão sendo providenciados, tais como a atualização e adequação da sinalização do espaço interno da Biblioteca e o paisagismo para o entorno do prédio.

A data para a inauguração oficial da Biblioteca Central será definida em breve e comunicada a toda comunidade.

ESPAÇO DA CONGREGAÇÃO

Ofício GD-091/2005/FFLCH

São Paulo, 21 de março de 2005.

Magnífico Reitor,

Estamos encaminhando, em anexo, o documento aprovado pelo CTA e pela Congregação, reunidos no dia 17.03.2005, que se manifesta sobre a gravidade da situação criada nesta Universidade, pela aplicação da Lei nº. 9610, de 19 de fevereiro de 1998, que regulamenta os Direitos Autorais e prevê sanções a diversas formas de produção de cópias reprográficas.

Aproveito a ocasião, para externar o apreço e respeito que temos pela forma como Vossa Magnificência vem conduzindo os esforços necessários para o bom funcionamento da Universidade de São Paulo.

Atenciosamente,

Sedi Hirano
Diretor

Ao
Exmo. Sr.
Professor Doutor **ADOLPHO JOSÉ MELFI**
Magnífico Reitor da Universidade de São Paulo

RESOLUÇÃO SOBRE A LEI nº. 9610/98 – Direitos Autorais e Produção de cópias reprográficas

A Congregação da FFLCH-USP, reunida em sessão ordinária de 17.03.2005, vem manifestar a gravidade da situação criada, nesta Universidade, pela aplicação da Lei nº. 9610, de 19 de fevereiro de 1998, que regulamenta Direitos Autorais e prevê sérias sanções a diversas formas de produção de cópias reprográficas.

Em vista que:

1. As atividades didáticas desta Faculdade (e de muitas outras unidades da USP) são, em sua grande maioria, baseadas em cópias reprográficas de capítulos de livros, ensaios e artigos de periódicos, além dos livros do acervo de suas bibliotecas;
2. A grande maioria de nossos estudantes não tem condições de adquirir comercialmente os livros e os periódicos que fazem parte da Bibliografia dos Cursos desta Faculdade, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação; também não são facilmente acessíveis aos estudos à bibliografia editada no estrangeiro e as obras esgotadas;
3. A lei em vigor está sendo interpretada com a máxima inflexibilidade por associações supostamente representativas dos direitos dos autores, as quais têm pressionado as autoridades públicas competentes a aplicá-la de modo igualmente inflexível, inclusive lançando mão de batidas policiais espalhafatasas, e instaurando um clima de medo e anormalidade neste campus da Universidade;
4. É impossível à Biblioteca da FFLCH dispor de número suficiente de exemplares de cada item das bibliografias para atender a todos os alunos;

A Congregação desta Faculdade considera:

5. Que este quadro, a continuar assim, levará a um virtual colapso das atividades de ensino e pesquisa, não só desta Faculdade, mas da maioria das unidades desta Universidade;
6. Que uma norma jurídica de garantia dos direitos autorais – norma cujo propósito geral e oportunidade não estão em discussão – não pode ferir ou contrariar os direitos dos estudantes de ter amplo acesso, e a preço acessível, ao material bibliográfico de seus cursos, o que é uma das condições essenciais para a boa qualidade do ensino;
7. Que, pela maneira um tanto apressada em que ela foi formulada, e a forma inflexível em que está sendo interpretada – sem prever, por exemplo, um processo de transição que evite a lesão de outros direito do cidadão – esta Congregação considera que a Lei nº. 9610/98 fere e contraria efetivamente esses direitos;
8. Finalmente, esta Congregação conclama as autoridades públicas competentes a, juntamente com as autoridades acadêmicas desta Universidade, iniciarem conversações de modo a harmonizar ou compatibilizar os legítimos direitos de todos os autores e todas as editoras e os igualmente legítimos direitos dos estudantes universitários de terem condições razoáveis de livre acesso ao conhecimento produzido no material bibliográfico.

São Paulo, 17 de março de 2005.

Prof. Dr. Sedi Hirano
Diretor e Presidente da Congregação

ESPAÇO MEMÓRIA

ENTREVISTA COM FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO

ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM PROJETO SOBRE OS 70 ANOS DA FFLCH

SOB ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR SEDI HIRANO



O entrevistado é professor aposentado do Departamento de Ciência Política. Recebeu o título de Professor Emérito em 1992.

Daniel Cantinelli Sevillano: Em que ano o senhor iniciou seus estudos na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras?

Fernando Henrique Cardoso: Eu entrei na USP em 1948 ou 1949, não tenho certeza. A Faculdade de Filosofia ainda funcionava na Praça da República, no prédio da Escola Caetano de Campos.

DCS: O que o levou a prestar vestibular para o curso de Ciências Sociais?

FHC: Eu prestei vestibular nessa área por causa da in-

fluência de um professor de Literatura Portuguesa, Fidelino de Figueiredo, que eu encontrei por acaso numa estação de águas, em Lindóia. Ele estava lendo um livro na varanda do hotel e eu estava muito curioso para saber que livro era aquele. Nós começamos a conversar, e o professor Fidelino viu que eu estava interessado em literatura e na crítica social. Naquela época havia um movimento cultural grande em São Paulo ligado a um grupo de pessoas com um pensamento social progressista, e eu estava interessado em me aproximar deles. O professor Fidelino me disse para passar no gabinete dele, que ficava na Avenida São Luís. Ele me disse que o melhor que eu podia fazer era tentar entrar para o curso de Ciências Sociais. Além disso, tive um professor de Geografia no Colegial, formado pela USP, que falava com

muito entusiasmo da Faculdade, que naquele tempo contava com os professores franceses.

Confesso que no começo a Faculdade foi um pouco decepcionante; eu estava interessado, mesmo, em literatura e em socialismo. Quando cheguei lá, não havia nada disso. Tive umas aulas de Economia Política, e havia muita Antropologia. O professor Florestan Fernandes estava escrevendo seu livro *A função social da guerra na sociedade tupinambá*, e só dava cursos sobre o método funcionalista e a análise dos tupinambás. É verdade que dava também um curso de Introdução à Sociologia, que me parecia difícil, pois lidava com autores complexos, como Karl Mannheim, Max Weber etc. que não faziam muito sentido para um jovem de dezessete anos. Antonio Candido dava umas aulas que atraíam mais a nossa atenção; as primeiras aulas sobre Weber das quais entendi alguma coisa foi ele quem ministrou. Os professores de Antropologia eram Emilio Williems e Egon Schaden.

No segundo ano, o professor Roger Bastide deu cursos muito importantes para a nossa formação, porque ele fazia a ponte entre o pensamento europeu e o norte-americano. Deu cursos sobre psicanálise e sociedade, sobre Bergson e também sobre Mannheim. Mas nada de Marx; que nessa época não era dos autores mais citados na Faculdade. Florestan escreveu um livro, chamado *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*, no qual mostrava que o uso de teorias dependia da natureza do que se estava estudando. Se fosse para analisar processos recorrentes, Durkheim; se para analisar processos históricos de transformação de longo prazo, Marx; ou então Weber para analisar motivações e o sentido das ações sociais. Esses eram os três deuses da sociologia de então.

Havia um jovem professor de Filosofia, Cunha Andrade, que era esquerdista. Ele dava um curso sobre os filósofos gregos pré-socráticos e meu primeiro trabalho na Faculdade foi para a disciplina dele, um trabalho sobre Parmênides. Quem me ajudou fornecendo bibliografia básica foi o Roque Spencer Maciel de Barros, que trabalhava n'O Estado de São Paulo e veio a ser mais tarde professor na Faculdade. Era tudo muito interessante, muito excitante. Outro professor de Filosofia chamava-se Martial Gueraud, que ensinava Kant, e dava aulas em francês, e eu não entendi nada; eu entendia francês, mas a bibliografia era em alemão.

Nossa formação foi bastante eclética, bastante acadêmica e rigorosa. A grande figura motivadora era o Florestan, muito jovem na época, e tinha obsessão com o caráter científico da sociologia. Os professores (e eu também quando me tornei assistente) usavam sempre um avental

branco, como os cientistas. Florestan não era bom professor no sentido de ser um bom expositor, mas era muito bom para motivar e cobrar resultados dos alunos. Naquele período não se percebia no Florestan o marxismo; ele era mais um professor que introduzia o método funcionalista e nos ensinava o rigor na pesquisa. Ele tinha vindo de um mestrado na Escola de Sociologia e Política, onde havia alguns professores mais ligados à tradição da sociologia americana, inclusive Donald Pierson, que foi professor de Florestan. Isso permitiu a Florestan, que nos transmitiu, uma ponte entre as sociologias européia e americana. Ele tinha horror ao ensaísmo, e esse horror foi uma característica da sua geração: havia que construir a sociologia como ciência. Como professor, quem mais nos entusiasmava era o Antonio Candido. Eu não conheço professor com melhor didática que Antonio Candido.

Nós tínhamos uma vida quase monástica, ou seja, queríamos criar a Universidade como um "templo do saber". Os professores deveriam ter dedicação exclusiva, em tempo integral. Eu nunca tive outra ocupação na vida a não ser professor até sair do Brasil em 1964. Eu tinha participação política; meu pai havia sido deputado federal, e eu estava ligado à política pelo lado familiar, mas não na Universidade.

DCS: O Florestan cobrava muitas pesquisas de seus alunos?

FHC: Sim, e ele e o Roger Bastide. Naquela época o nosso objeto de estudo era o negro, e o negro era um caminho para analisar as estruturas de dominação de classe. Andei por vários cortiços de São Paulo para estudar como viviam os negros na cidade, e viajei muito para Araraquara, porque o Bastide estava ligado ao estudo das religiões e eu e Ruth fizemos em São Paulo e em Araraquara um estudo sobre a Umbanda.

DCS: Os estudantes estavam engajados politicamente?

FHC: Não. Para começar, nós éramos apenas dez alunos por classe; era uma escola bastante "elitizada". Os alunos estavam bastante envolvidos na vida acadêmica. A atuação política veio bem mais tarde, na segunda metade dos anos 50. Eu, mas era apenas eu e quase que de forma secreta, tinha alguma participação política e alguns contatos com o Partido Comunista. O Florestan não gostava de atividades que nos separavam dos estudos.

Depois de formado, eu fui eleito representante dos antigos alunos no Conselho Universitário. Foi uma eleição difícil, contra o pessoal da Faculdade de Direito, que mobilizou todos os advogados e delegados de polícia.

Meu suplente era o Delfim Netto, e nós ganhamos com o apoio da esquerda, mas isso não era bem visto pelos professores da Faculdade de Filosofia.

A partir da transição do governo do Juscelino para o Jânio, no começo dos anos 60, a posição da Faculdade mudou, mas os professores mesmo só tomaram uma posição política nacional depois do Golpe de 64. Antes, mesmo quando Jânio foi governador de São Paulo e a Congregação entrou em choque com ele, a política era sempre universitária. E isso era um pouco a causa de minha decepção inicial, quando aluno. Dos que me deram aulas, o Antonio Candido era socialista, participava do Partido Socialista, que era muito mal visto pelo Partido Comunista.

A visão mais marxista veio depois, e foi consequência da minha geração e do Seminário de Marx. Mesmo o nosso grupo não tinha participação política até o Golpe. Fora da Universidade, eu participei de duas revistas de esquerda: a *Brasiliense*, coordenada pelo Caio Prado Junior e pelo Elias Chaves Neto e a *Fundamentos*, mais ligada ao Partido Comunista. Quando houve a invasão da Hungria pela União Soviética, em 1956, eu assinei um abaixo-assinado contra a invasão; eu estava me afastando da esquerda tradicional. No fundo, nós queríamos reproduzir Heidelberg na Faculdade de Filosofia; queríamos trazer a estrutura de uma universidade européia para cá. Mas a vida foi mais forte, para a nossa sorte, e o Golpe fez com que nós saíssemos dos muros da Universidade.

DCS: Qual a reação dos professores ao Seminário de Marx?

FHC: Ele era mal visto pelos professores. O Florestan tinha medo que nós voltássemos ao ensaísmo e tinha, sobretudo, horror ao Lukacs. Ele achava que esse era um caminho para voltar a uma visão abstrata e sem pesquisa.

DCS: O Antonio Candido era um representante do ensaísmo?

FHC: Era o que se dizia, mas o Antonio Candido fazia pesquisa também. Ele tem um livro muito bonito, *Os Parceiros do Rio Bonito*, que é todo baseado nas pesquisas que ele fez sobre o caipira e sua cultura. Ele trabalhava muito com pesquisas sobre educação na época. Acontece que o Antonio Candido é brilhante; ele escreve muito bem e havia confusão entre escrever bem com ensaísmo. O nosso cientificismo era tão rudimentar que a escrita emolpada, "científica" era vista como uma qualidade. Se você quiser exagerar, pode-se dizer que havia os mais ardorosamente "pró-Florestan" e os mais ardorosamente "pró-Antonio Candido". Mas o Florestan não via as

coisas dessa maneira simplista, os alunos sim; ele não gostava muito era do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) que era o alvo de nossas críticas nos anos 50, porque estava ligado a um projeto de desenvolvimento nacional, à ideologia do Estado, e isso não é ciência. O Celso Furtado era aceito, já o Hélio Jaguaribe menos, para não falar do Cândido Mendes de Almeida, que eram considerados mais ideólogos do que cientistas.

DCS: Você acha que a mudança para a rua Maria Antonia mudou a cara da Faculdade?

FHC: Não foi a mudança, mas o momento; nós ficamos muitos anos na Maria Antonia sem mudarmos nossa mentalidade. Quando criaram os cursos noturnos, como Carvalho Pinto, o número de alunos aumentou, e no final dos anos 50 houve greves importantes, urbanização, mobilização social, etc. São Paulo passou de uma agradável cidade provinciana para ser uma metrópole, e isso tudo foi o que mudou a mentalidade da Faculdade.

DCS: Você participou daquela famosa Greve dos Excedentes?

FHC: Sim, foi no começo dos anos 60, e eu ainda estava aqui no Brasil dando aulas na Faculdade de Filosofia. Eu dava aulas desde 1953, quando o Reitor assinou uma portaria que me permitia dar aulas na Faculdade de Economia. Era assistente da professora Alice Canabrava, e dava História Econômica da Europa.

No período dessa Greve a politização já estava grande, e andava junto com a questão da democratização da Universidade, através da abertura de novas vagas e da luta pela implementação da pesquisa na Universidade; fomos nós quem criamos a FAPESP, alguns professores da Medicina e eu. Com a eleição do Ulhôa Cintra para a Reitoria da USP nós iniciamos um processo de modernização da USP. Nos anos 60 nós tivemos uma geração bem mais politizada na Faculdade, com o Francisco Weffort, o Roberto Schwarz, entre tantos outros.

DCS: Você teve que fugir do país em 1964?

FHC: Sim, eu tive uma ordem de prisão decretada contra mim, e por isso tive que fugir para me defender. De 1964 a 1967, quando o Superior Tribunal Militar me deu um *habeas corpus*, eu não pude voltar para o Brasil. Fui processado por dois motivos: eu tinha uma posição dentro do Conselho Universitário da USP muito influente, e o Ulhôa Cintra tinha sido sucedido naqueles meses pelo Gama e Silva, ou "Gaminha", como nós o chamávamos, mas ele não era nada de tão assustador na USP. Era um

'tigre de papel'. Naquela época, não era levado muito a sério, era um 'tigre de papel'. Eu era uma espécie de líder do Ulhôa Cintra. Porém, devido às modernizações que nós estávamos promovendo na Universidade, os mais conservadores achavam que aquilo era comunismo. Por outro lado, meu pai havia sido deputado federal pelo PTB, e minha família era muito ligada ao Getúlio Vargas, e eu tinha ligações com esse setor. A polícia achou então que eu estava ligado politicamente ao Jango, o que não era verdade. Vou te contar um fato: no dia 13 de março, houve no Rio de Janeiro o chamado Comício da Central do Brasil, e eu estava na casa do meu pai nesse dia, um prédio localizado no Arpoador onde também morava o Carlos Drummond de Andrade. Quando eu saí da casa dele, todos os apartamentos tinham uma vela acesa na janela, em sinal de luto pelo comício do Jango.

Voltei para São Paulo de trem, junto com o José Gregori, o Plínio de Arruda Sampaio e o Mastrubuo, passamos pelo grande comício de Jango na Central do Brasil e embora nós achássemos que havia em marcha um Golpe contra o Jango, enquanto outras pessoas achavam que era o Jango quem estava dando um golpe com aquele comício como parte da engrenagem golpista. O problema é que não se sabia muito bem de onde poderia vir um golpe. No dia 31 de março, houve uma reunião na Faculdade de Filosofia, e uma série de professores queria assinar um manifesto contra os generais golpistas do Jango. Eu chamei o Luiz Hildebrando, que era da Medicina, comunista e meu amigo, que me ajudou a levar alguns professores ao meu gabinete para dizer que o golpe era do outro lado, e não do lado do Jango. Com o passar dos anos a História deixa as coisas muito claras, mas no momento em que elas acontecem é uma confusão muito grande.

Depois do Golpe, eu fiquei uns dois dias dormindo no apartamento de um amigo meu, perto da Biblioteca Municipal. Depois fui para o Guarujá, com o Leôncio Martins Rodrigues e de lá para a Argentina, onde recebi um convite para ir para a CEPAL. Já tinham me convidado antes, mas eu havia mandado o Weffort para lá. Fui para a CEPAL, e depois o Celso Furtado foi para lá também. Fiquei vários anos, mas a idéia não era essa; minha idéia era voltar logo para o Brasil.

DCS: Você voltou para o Brasil para prestar o concurso de cátedra?

FHC: Sim, mas antes disso eu fui para a França, em 1968,

onde acompanhei os protestos dos estudantes em maio. O Daniel Cohn-Bendit, um dos líderes do movimento, foi meu aluno.

Quando o Lourival Gomes Machado, catedrático de Política, morreu eu estava na França. Eu decidi prestar o concurso para seu lugar, e foi um concurso muito criticado. Os alunos eram contra as cátedras, eu também era, mas fazer o quê? Se não concorresse ficaria fora da Universidade. Concorri com a Paula Beiguelman e ganhei, mas fiquei muito pouco tempo, porque em 1969 eu fui cassado. Nessa época eu estava muito ligado a questões políticas, e havia na Faculdade um Comitê paritário de alunos e professores, e eu havia sido eleito diretor do Departamento de Sociologia, e fizemos uma reforma, que durou pouco, de outubro de 1968 a abril de 1969, quando fui cassado. Estava indo para a Cidade Universitária quando ouvi pelo rádio a notícia de que havia sido aposentado pela ditadura. Florestan havia sido cassado no dia anterior. Cheguei ao campus, e participei de uma assembléia de professores, até que a polícia chegou e levou preso um monte de gente, mas eu consegui fugir.

Resolvi não sair do país, e junto com outros professores cassados fundamos o CEBRAP. Na verdade eu passava parte do ano aqui e parte do ano fora, dando cursos. Fiz isso durante uns 10 anos, até que fui para o Senado.

DCS: Sua cassação não significou sua expulsão do país?

FHC: Não, eu fui proibido pelo AI-5 de dar aulas na USP e de fazer pesquisa, mas o ato não foi seguido de maneira tão rígida quanto à proibição de pesquisa. Eu tinha 37 anos, e recebia a aposentadoria de acordo com meu tempo de serviço. Aconteceu algo engraçado: na primeira vez que fui receber a aposentadoria a moça do guichê me atendeu e me disse "Nossa!, tão novo e já aposentado. Como conseguiu?". Para ela era uma vantagem ter sido aposentado tão cedo.

DCS: Por que você decidiu não retornar à USP em 1979, quando todos os cassados foram convidados a retomar suas atividades na universidade?

FHC: Eu estava muito ligado a outras coisas no período, e eu pensei que se voltasse, toda aquela geração de professores que estava na Faculdade iria ficar meio que subordinada, pois muitos deles haviam sido meus alunos. Eu pensei que iria ocupar um espaço que já não era meu, mas deles.

ENTREVISTAS COM PROFESSORES QUE ENTRARAM DEPOIS DA GREVE DE 2002

ENTREVISTA COM GABRIELA PELLEGRINO SOARES

POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO

ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM PROJETO SOBRE OS 70 ANOS DA FFLCH

SOB ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR SEDI HIRANO

A entrevistada é professora do Departamento de História.

Daniel Cantinelli Sevillano: Você fez seu curso de graduação em 4 anos, o que é pouco comum nos dias de hoje.

Gabriela Pellegrino Soares: É verdade. Mas eu acho que essa foi uma característica de muitos dos meus contemporâneos. Foi uma turma disposta a estudar muito e que viveu a graduação de forma intensa. Nós nos formamos em quatro anos e muitos ingressaram na pós-graduação logo em seguida. Refiro-me a vários colegas que entraram comigo em 1990, ou em 1989 ou em 1991, e que tinham esse ritmo de trabalho. A gente queria seguir essa carreira; não foi o caso de fazer História paralelamente a outro curso ou ao exercício de outra profissão.

DCS: Você também fez iniciação científica?

GPS: Fiz, mas em outra área. Minha pesquisa foi com a Maria Regina de Toledo Sader, professora de Geografia do curso de História na época. Eu gostava muito do tema "camponeses", tanto que havia começado a escrever um livro com a Sílvia Colombo, que hoje trabalha na *Folha de S. Paulo*, sobre rebeliões camponesas no México e no Peru. A Regina trabalhava com o tema de camponeses no Brasil, e tinha um grupo de estudos do qual passei a fazer parte e com o qual fiz duas viagens de pesquisa à Amazônia. Quando eu terminei minha graduação, tive de escolher entre Geografia e História, e optei por continuar meus estudos na área de História da América Latina Contemporânea, com Maria Lígia Coelho Prado. Comecei o mestrado em 1994 e desenvolvi, em quatro anos, uma dissertação sobre o Peru. Dava aulas nesse período e, nas férias, por duas vezes viajei a Lima.

DCS: Como era o Movimento Estudantil no período de sua graduação?

GPS: Houve um grupo de colegas meus que num determinado momento assumiu a presidência do Centro Acadêmico e eu acompanhei e apoiei esse grupo, mas nunca fiz

parte do CA. O que nós fizemos foi criar uma revista estudantil que se chamava *Revista Temporaes*. Era uma revista bem interessante, e me disseram que ela voltou a aparecer.

DCS: Como você via o ME?

GPS: Quando eu era caloura, cheguei a participar de algumas manifestações do ME, mas achava tudo muito vago. As discussões oscilavam entre o preço do bandeirão, que já era baixo, e questões internacionais sobre as quais não tínhamos nenhuma possibilidade de intervenção. Sentia falta de engajamento em questões políticas mais concretas ou na defesa da universidade pública, a qual, aliás, não se sentia tão ameaçada na época como veio a se sentir alguns anos depois.

DCS: Você acha que o ME dentro da USP mudou com o *impeachment* do Collor?

GPS: Eu diria que não de uma forma organizada. Muita gente foi para as manifestações "Fora Collor!", mas aquela coisa dos caras-pintadas não foi uma marca do nosso grupo. Penso que nós tínhamos a sensação de que os caras-pintadas eram, de certa maneira, uma produção da Globo, e de que o movimento não era assim tão politizado. Claro que houve um apoio à causa em si, mas não uma identificação direta com o tipo de movimento. Na época, eu participava de um núcleo do PT, mas não via Universidade; não era algo centrado aqui no Departamento. Penso que nem esse tipo de intervenção política partidária, nem o "Fora Collor!" dos caras-pintadas, tomaram conta dos alunos do curso de História de forma mais organizada. Acho que nosso envolvimento, ao menos nesse espaço, era mesmo no sentido de estudar, preparar bons seminários, promover discussões etc. Lembro-me de que logo em meu primeiro ano, alguns alunos invadiram uma aula de História Medieval, com o Hilário Franco Júnior, e chamaram todos para protestar em frente à Reitoria contra o preço do bandeirão. Eu fui, mas sem muita convicção. Quando chegamos lá, alguns estudantes quebraram um vidro do prédio da Reitoria, e

eu tive clareza de que não era bem naquilo que eu queria centrar minhas forças.

DCS: Como era o curso?

GPS: Havia alguns professores que se dedicavam inteiramente às suas aulas, e elas faziam toda a diferença. Uma das marcas dessa atuação foi a Ilana Blaj, professora de Brasil Colonial.

O curso de História era puxado, com muita demanda de leitura, e o fato das classes serem misturadas, com alunos de vários anos, era muito positivo porque os alunos do 4º ano puxavam a discussão, e nós tínhamos que correr atrás para acompanhar.

Claro que havia matérias que não causavam tanto impacto, mas eu posso dizer que fiz um ótimo curso de graduação.

DCS: Você acompanhou a Greve de 2002?

GPS: Eu estava fora do país no período, mas acompanhei a greve por meio de e-mails e da Internet. Mesmo não tendo acompanhado o movimento de perto, achei a greve uma coisa extraordinária, porque ela surgiu num momento em que o ME estava meio indefinido e que a Universidade atravessava graves dificuldades. Foi um movimento com um objetivo claro, a defesa da universidade pública. Quando eu retornei, percebi algo de novo, estudantes com clareza e profundo envolvimento com a instituição. Penso que aquela onda de ataques à Universidade pública, que difundia a idéia de que ela só atende a um público de elite e de que os professores e funcionários trabalham pouco sofreu, desde então, um importante revés.

ENTREVISTA FRANCISCO ALAMBERT

POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO

ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM PROJETO SOBRE OS 70 ANOS DA FFLCH

SOB ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR SEDI HIRANO



O entrevistado é professor do Departamento de História

Daniel Cantinelli Sevillano: Professor, gostaria que você me contasse um pouco sobre sua formação acadêmica.

Francisco Alambert: Eu fiz História na PUC e Filosofia aqui na USP ao mesmo tempo. Isso porque eu não sabia direito o que eu queria fazer. Logo na metade, decidi que daria preferência à História, e aí eu fiz uma coisa engraçada: apesar de eu cursar História lá na PUC, eu fiz várias optativas aqui no Departamento de História da USP, mesmo sendo aluno da Filosofia. A minha formação em História foi uma formação híbrida, com matérias da PUC e matérias aqui da FFLCH. Outra coisa engraçada, que diz respeito à história da Faculdade, é que a grande maioria dos professores que eu tive na PUC dá aula aqui na FFLCH hoje; ao longo dos anos 80 e começo dos anos 90 as pessoas foram saindo da PUC. Deve ter mais de uma dúzia de professores hoje aqui na História que vieram de lá, assim como alguns dos novos professores, como eu, foram alunos da PUC: o Flávio de Campos, a Miriam Dolhnikoff, o Nelson Schapochnik (que está na Educação), entre outros. É um diálogo de instituições interessante, e mostra um pouco como essa Faculdade é formada, nos

últimos anos, por gente diversa (que em larga medida é produto do início da formação universitária "uspiana"). Não é que eles sejam de outras instituições, porque a maioria deles fez a graduação e a pós-graduação aqui, em algum momento, mas eles começaram sua carreira em outras Faculdades. Tem uma novidade aí para o futuro do Departamento e da Faculdade, porque sei que isso ocorre também em outros departamentos.

DCS: Você fez sua graduação em que época?

FA: Entre 1984 e 1988, tanto na Filosofia como na História. Assim que eu me formei, imediatamente entrei no mestrado aqui no DH. Também imediatamente após defender meu mestrado, no final de 1991 e começo de 1992, eu prestei concurso na Universidade Federal Fluminense, e fiquei dando aulas lá por quatro anos, enquanto fazia meu doutorado aqui na FFLCH; uma verdadeira ponte Rio-São Paulo. Nessa época comecei a participar de um grupo de jovens estudantes (e alguns professores já mais velhos), aqui de São Paulo, muitos da UNESP e alguns da USP, que estudava crítica materialista, marxismo, crítica de cultura. Eu decidi então prestar concurso na UNESP de Marília, onde fui dar aulas de Estética e História da Arte para o curso de Filosofia (aproveitando a minha tal formação híbrida entre História, Filosofia e Artes, que eu estuda-

va no mestrado e doutorado), e lá fiquei mais quatro anos. Depois, me transferei para o Instituto de Artes da UNESP, no bairro do Ipiranga, trabalhando com Estética, História da Arte e da Cultura, onde permaneci até 2003, quando fui aprovado em concurso aqui no Departamento de História. A minha história em relação à USP é bem engraçada: eu me aproximo, saio e depois volto para cá.

DCS: Só faltou você passar pela UNICAMP.

FA: É verdade, alguém já me lembrou isso outro dia. Teria sido bom! Passei pela PUC, pela USP, pela UNESP e pela UFF, que é uma universidade muito boa no Rio de Janeiro. Hoje tem um curso de História tão bom quanto este, e formado por gente que, em parte, foi formada aqui. Os professores mais velhos de lá fizeram, a maioria, doutorado na FFLCH. Conheci gente espetacular lá, muito importantes para minha formação pessoal, assim como na UNESP e na PUC, onde também dei umas aulas como convidado no início dos anos 90.

DCS: Como era a Faculdade no seu tempo de graduação?

FA: Eu sou ruim para falar disso porque, como eu te disse, para mim era meio episódico, eu não parava muito aqui. Para entender o que diferenciava a PUC da USP, para mim, você precisa entender um pouco como foram os anos 80. Na PUC, as discussões no período das "Diretas Já" eram muito mais politizadas; as discussões sobre o fim da ditadura, sobre o Movimento Estudantil eram muito mais radicalizadas do que aqui na USP, pelo menos na minha visão. Eu acho que nós estudávamos mais aqui na FFLCH; havia um ar de uma seriedade acadêmica, no bom e no mau sentido, até um pouquinho alienado naquele momento. Mas, academicamente, era mais estruturado e mais sério, enquanto na PUC era o negócio da radicalização, das passeatas, da discussão política mais imediata; parecia que os alunos estavam mais preocupados com a ação e menos preocupados com a formação, embora lá estivessem professores excelentes.

DCS: Acho que isso foi um reflexo da ação da ditadura, que foi mais direta e mais forte aqui na USP nos anos 60 e 70.

FA: Digamos que seja isso, e aí mostra como uma coisa está ligada à outra. A ação foi muito mais violenta aqui, e boa parte das pessoas que permaneceram, que não foram cassadas ou que não tiveram que se exilar (e outros que voltavam), acharam refúgio justamente na PUC, que naquele momento, através da Igreja católica progressista,

deu abrigo a vários professores. Os casos clássicos são do Florestan Fernandes e do Octavio Ianni, cassados pela ditadura, e que se tornaram então professores da PUC. Criou-se aí a ideia da PUC como foco de resistência, porque, graças à Igreja, ela tinha uma certa proteção. Na verdade não era proteção total, porque em 1977 a PUC foi invadida. A UNICAMP, no início, teve um papel parecido.

DCS: Você não teve participação no Movimento Estudantil na FFLCH porque ele estava enfraquecido e porque você não passava muito tempo aqui?

FA: Isso, e também porque eu me interessava mais em participar das discussões lá na PUC, onde as coisas me pareciam mais "quentes". Por um tempo eu me aproximei do pessoal da LIBELU (Liberdade e Luta), que curiosamente era mais forte aqui na USP do que na PUC. Dá uma boa História, ainda por ser feita, essa dos jovens trotskistas daquela época, a maioria hoje muita bem assentada no "sistema". E havia também os anarquistas, que eram divertidos e tinham boas ideias.

DCS: Você fez sua pós-graduação em que área?

FA: Em História Social; aqui na História você só tem duas áreas, História Social e História Econômica. O campo de História Econômica é mais específico, enquanto que História Social serve para tudo. Este campo é dividido em várias linhas de estudo, e uma dessas linhas é a da História da Cultura e História Social da Arte. Eu entrei nessa linha, e a minha orientadora foi a Nanci Leonzo. E aí eu conheci vários professores aos quais eu me liguei e que me auxiliaram muito nas minhas pesquisas, como o Carlos Guilherme Mota, o Arnaldo Contier, o Nicolau Sevckenko e também o Fernando Novais, pessoas que trabalhavam com arte e cultura, com ideologia, com crítica das ideias. Eu continuei muito próximo das pessoas da Filosofia, especialmente do Paulo Arantes e da Otília Arantes, e das Letras como a Iná Camargo Costa e a Maria Elisa Cevasco (além do Roberto Schwarz), pessoas com quem trabalho até hoje. Foi esse diálogo que iniciei com professores ligados à crítica materialista que me fez sair do Rio e voltar para São Paulo. Minha trajetória de pesquisa foi da crítica da ideologia, passando pela Literatura, até chegar às Artes Visuais, onde eu transito melhor.

DCS: Como foi sua experiência na UNESP?

FA: Foi muito interessante. A UNESP foi montada em função de interesses da ditadura, ao contrário da USP, que foi montada em função da crise da Revolução de 30. A UNESP foi montada para atender aos interesses da di-

tadura tanto quanto, num primeiro momento, como uma espécie de radicalização do projeto da USP, só que agora no interior do Estado. Mas a fórmula adotada não partiu da criação de uma nova Universidade, mas sim da junção de várias Faculdades que existiam em cidades do interior. E daí você tinha de tudo: desde lugares com um nível muito bom de ensino e pesquisa, como é o caso de Assis, por exemplo, até unidades como a de Bauru, que era uma faculdade particular que o Governo Quéricia tratou de juntar à UNESP: tratava-se de uma faculdade caótica, com uma dívida absurda, que a UNESP paga até hoje, e que foi uma jogada política para levar uma faculdade pública para Bauru, uma cidade importante do interior paulista. A UNESP é fragmentada e um pouco caótica. Por outro lado, foi a universidade que mais cresceu no Estado de São Paulo e é muito promissora em várias áreas. Mas o problema é que ela não está estruturada como a USP, e talvez nunca consiga estruturar-se como a USP.

DCS: Parece que esse plano de expansão da UNESP está cometendo o mesmo erro da origem da Universidade.

FA: Exatamente. E hoje em dia é bem pior. Eu ainda estava na UNESP quando houve essa discussão da criação dos “novos” campi; é uma barbaridade o que a antiga Reitoria cometeu, junto com o governador Alkimin, e a UNESP vai pagar caro por isso. As pessoas que vão cursar essas novas unidades serão, na minha opinião, enganadas, porque a Universidade não está contratando pessoal suficiente para trabalhar nessas unidades e não se sabe se a Universidade terá dinheiro para manter esses cursos novos (hoje, a UNESP está à beira da inadimplência). Mas foi muito bom para o Governador, que usou isso na campanha, ao mostrar que ele “levava” a universidade pública para todo o Estado. A resistência a isso por parte de professores, funcionários e alunos foi, infelizmente, pequena e insuficiente.

A UNESP se presta muito a esse papel porque, no fundo, talvez ela seja mais importante para o Governo do Estado do que a USP. Para a política local, a UNESP é muito mais importante, porque ela está direto dentro dos municípios; em muitas cidades, a presença da UNESP corresponde a grande parte do orçamento dos municípios, tanto pelo dinheiro enviado para a unidade como pelos gastos dos alunos que vão estudar lá. Politicamente, ela se torna muito importante na questão do poder local.

DCS: Em que ano você começou a dar aulas na FFLCH?

FA: Em 2003.

DCS: Então você é “filho” da Greve de 2002?

FA: Isso mesmo. Gosto de me ver assim.

DCS: E você acompanhou essa Greve?

FA: Eu acompanhei de longe, porque eu estava na UNESP. Mas eu acho que esse movimento dos alunos foi um marco dentro da questão da defesa da universidade pública, que desde o Governo Collor, passando pelos oito anos do Governo Fernando Henrique, e agora no Governo Lula, tem sido bombardeada. Criou-se ao longo desses anos uma mítica em torno das universidades públicas, que consistia em dizer que essas universidades eram dispendiosas, elitistas e que os professores e os funcionários eram uma espécie de casta, que podia ser comparada à dos marajás. Tudo falso, porque no Brasil o que é elitizado é o ensino privado, cujas mensalidades são extremamente caras, e 90% da população não pode estudar lá por causa disso. E também porque elas não contribuem em praticamente nada da pesquisa e da extensão, que são a parte mais importante da função social da universidade para o país.

Tudo isso, ligado ao processo de demonização do funcionalismo público e às reformas dos Governos FHC e Lula, levou àquele processo de aposentadorias em massa que nós conhecemos. É preciso dizer que a atuação do lado dos professores na defesa da universidade pública foi muito questionável; no geral, o movimento das associações de professores tendeu a se fechar na questão salarial, que é uma questão real, pois o arrocho salarial também é parte da crise. Mas a falta de professores sempre foi uma questão mantida à margem das briguinhas por aumentos ridículos que nós tivemos ao longo desses anos. Foi muito interessante que os alunos levassem essa Greve praticamente sozinhos durante todo o processo. Foi uma “lição” que eles nos deram. Por outro lado, foi um importante aprendizado para eles mesmos. Porque o movimento estudantil estava em baixa, sofria o drama da infantilização (isso ainda está aí) da sociedade, e dele mesmo, e o peso dos discursos ideológicos do “fim da história”, do “pós-modernismo”, do “fim das ideologias” e da sociedade de classes, etc, toda essa mistificação que muitos intelectuais adoram adular.

Do ponto de vista da política direta, essa Greve forçou o Governo do Estado a reconhecer a grave situação vivida pela FFLCH. Do ponto de vista histórico-institucional tem outra coisa muito interessante acontecendo: é que muitos professores que entram hoje, pós-greve, aqui nos cursos da Faculdade são em sua maioria de classe média e de classes mais pobres, ao contrário dos anos 30 até mais recentemente, quando os ingressantes vinham das classes mais ricas da sociedade. Creio que muitas dessas novas pessoas surgidas depois da greve são necessariamente mais politizadas. Enfim, nós temos uma dívida com esse ressurgimento e com essa Greve. Eu acho que isso vai dar um tom diferente para a FFLCH nas próximas décadas.

ENTREVISTA COM PAULO TEIXEIRA IUMATTI

POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO

ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM PROJETO SOBRE OS 70 ANOS DA FFLCH

SOB ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR SEDI HIRANO

O entrevistado é professor e pesquisador do Instituto de Estudos Brasileiros e dá aulas no Departamento de História.

Daniel Cantinelli Sevillano: Gostaria que você me falasse sobre sua formação acadêmica.

Paulo Teixeira Iumatti: Quando ingressei no curso de História aqui da USP, eu já havia cursado um ano de Economia na UNICAMP. Então não vim com aquela coisa de calouro, eu já sabia mais ou menos o que eu queria. E me dediquei muito aos cursos que fiz. Lembro que no meu primeiro semestre cursei Brasil Colônia com a Profa. Ilana Blaj, História Antiga com a Profa. Marlene Suano e Idade Média com a Profa. Teresa Aline. Aquilo tudo me fascinava muito. E eu anotava tudo, cada palavra do que os professores diziam. Depois de um ano, um ano e meio, apareceu essa questão da Iniciação Científica, e procurei um tema de pesquisa. Lembro que na época alguns colegas estavam definindo seus temas, e pensei que esse era um caminho que vinha ao encontro daquilo que eu queria. Eu já tinha ficado intrigado com o jeito de escrever do Caio Prado, que li na Unicamp, no primeiro curso que o Prof. Fernando Novais ministrou lá. E tinha ouvido alguns professores, como o Prof. Elias Saliba e a própria Profa. Ilana Blaj, que foi quem eu primeiro procurei para conversar sobre o tema, dizerem que faltavam mais estudos sobre ele, e então decidi estudar a obra de Caio Prado. A Profa. Ilana, que não era ainda doutora e não podia orientar, encaminhou-me para a Profa. Maria Odila da Silva Dias. Aí fiz minha Iniciação Científica, com bolsa da FAPESP, no último ano, com orientação da Profa. Maria Odila. Algumas leituras que marcaram o meu percurso foram, além das obras de Thompson e *A Era dos Impérios*, de Hobsbawm, *Mimesis*, de Auerbach, *The Roman Revolution*, de Ronald Syme, *A evolução do radicalismo filosófico*, de Elie Halévy, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda e *A Imaginação Dialética*, de Martin Jay. Li o primeiro volume de *O Capital*, de Marx, em um grupo de estudos de que participei com o Lincoln Secco e o Rafael Marquese, que eram meus colegas de turma. Com o Rafael, li ainda alguns autores brasileiros. Um curso marcante na graduação foi o do Prof. Jorge Grespan, em que liamos textos de Hegel. Lembro também que no último ano fiz dois cursos na Linguística, In-

trodução à Linguística I e II, o primeiro com a Profa. Maria Aparecida Barbosa. Esta passava uma perspectiva ultra-estruturalista, liamos, além de Saussure, é claro, Benveniste, Martinet, o Barthes da primeira fase, etc. Já a Profa. Maria Odila vinha de outra tradição, e sugeria, dentre muitos outros, autores como Gadamer e Derrida, que também li. Ainda sobre a importância dessa fase, lembro que o último capítulo da minha tese, em que abordei o problema das temporalidades, foi feito a partir de um embrião contido no projeto que escrevi quase dez anos antes, para ganhar a bolsa de Iniciação !

DCS: Você fez o bacharelado e a licenciatura?

PTI: Eu não fiz licenciatura, então quando me formei não fui trabalhar em escolas. Fui direto para a pesquisa, porque era o que eu queria de fato. Hoje penso que teria sido maravilhoso lecionar no primeiro ou no segundo graus, mas, na época, fiz a escolha. Escrevi uma monografia sobre a atuação de Caio Prado como editor logo que terminei meu curso, e, depois, ingressei num grupo de pesquisa sobre São Paulo, cultura, urbanização e cidadania, que a Profa. Maria Odila coordenava, junto com os Profs. Nicolau Sevcenko, Elias Thomé Saliba e Maria Inez Borges Pinto. Tive bolsa de aperfeiçoamento do CNPq, e desenvolvi parte de um trabalho sobre as gráficas no contexto social, cultural, político e urbano de São Paulo entre 1914 e os anos 40 – trabalho que reescrevi várias vezes desde então. No final de 1994, consegui a bolsa de doutorado direto da FAPESP.

Logo no início da pesquisa, deparei-me com os Diários Políticos do Caio Prado, que me pareceram uma coisa espantosa. Por conta de meu trabalho com as editoras na Iniciação Científica, eu já conhecia boa parte da bibliografia sobre cultura e política nos anos 40, além de outros documentos, e pude perceber a relevância do manuscrito. E fiquei um bom tempo fazendo uma pesquisa detalhada sobre os Diários, utilizando os documentos do DEOPS e outras fontes. Em um curso da Profa. Maria Célia Paoli, li Habermas, dentre outros autores, e comecei então a pensar a especificidade do conceito de opinião pública segundo Caio Prado. No entanto, eu não queria escrever minha tese sobre os Diários, e, depois de dois ou três anos, resolvi apostar em uma leitura mais historiográfica. Então,

publiquei uma parte das pesquisas sobre os Diários e mudei de rumo. Nessa época, fiquei seis meses nos Estados Unidos, na State University of New York, de Stony Brook, onde fui recebido pela Profa. Barbara Weinstein. Assim, a partir de 1998, redirecionei totalmente a pesquisa. O período dos Estados Unidos foi fundamental para mim, porque tive contato com um outro ambiente de pesquisa e com uma rede de bibliotecas impressionante.

Quando voltei, trouxe muito material de pesquisa. Eu tinha pesquisado muito em Columbia e na Biblioteca Pública de Nova Iorque, e cheguei a ir a Yale e a SUNY – Binghamton. Através do serviço de empréstimos interbibliotecas de Stony Brook, recolhi muito material raro ou de difícil acesso da Universidade de Chicago, da Biblioteca do Congresso, etc., bem mais do que eu poderia utilizar mesmo no doutorado. Bom, na época pensei que dava tempo, mas na verdade não dava, porque minha bolsa estava quase terminando.

Uma coisa que me norteou foi que no segundo semestre de 1998 fiz um curso com o Prof. Patrick Petitjean, um pesquisador do CNRS que estudou as relações científicas entre o Brasil e a França e concentrou-se no tema das redes internacionais de cientistas no século XX, em especial o circuito anglo-francês. Utilizando parte do material que eu tinha trazido, os textos do curso e novas pesquisas, particularmente um artigo escrito por um pesquisador italiano sobre a relação entre a historiografia dos *Annales* e a epistemologia das ciências nos anos 20 e 30, que havia sido publicado recentemente na *Revue de Synthèse*, descobri uma porção de coisas novas. Eu achava interessante mostrar como justo pelo lado menos atraente do marxismo, o “materialismo dialético” ou a filosofia marxista da natureza, se podia chegar, nos anos 30, ao que de mais atual se discutia sobre teoria e filosofia da História desde finais do século XIX, aproximando-se de questões colocadas por autores como Gaston Bachelard e Raymond Aron. Um pouco depois, o Prof. Raimundo Santos, da UFRRJ, que tinha entrado em contato comigo por causa do livro sobre os Diários, perguntou se eu tinha alguma coisa para publicar na revista da pós da UFRRJ, e eu dei parte do trabalho que havia escrito em 98 para o curso do Prof. Petitjean, sem modificações. Na minha tese de doutorado, as idéias lançadas no artigo foram aprofundadas no capítulo 5.

DCS: Quando acabou a sua bolsa de doutorado?

PTI: Minha bolsa acabou em 1999, e eu não havia escrito ainda a tese. Tive então que procurar algum lugar para dar aulas. Mas eu não era nem mestre, era só um bacha-

rel em História. Prestei um concurso para a cadeira de Formação Econômica do Brasil na Fundação Santo André. Passei no concurso mas não fui chamado porque me faltavam os dois anos de experiência que eles exigiam – o que me deixou muito chateado, pois eu tinha gostado do lugar. Dei em seguida algumas aulas de inglês, para me segurar financeiramente enquanto redigia a tese. Depois de um ano, apareceu uma vaga para professor substituto de Metodologia da História, no primeiro semestre de 2001, na UNESP de Franca, e essa oportunidade foi excepcional. Fiquei lá seis meses, e até hoje vejo esse momento como muito importante para mim, porque pude ver como é dar aulas. Além disso, o contato com os alunos do primeiro ano me fazia recordar meu próprio tempo de calouro, que foi uma fase muito marcante. O período da UNESP me deu estrutura para mergulhar na tese no segundo semestre de 2001, quando meu período como substituto acabou.

DCS: Quando você defendeu sua tese?

PTI: Em 2001. Logo após a defesa, fui chamado pelo Prof. Murillo Marx, então Diretor do IEB, para fazer Pós-Doutorado e ajudar na organização do acervo Caio Prado. Com isso, tive a sorte de ver uma aplicação prática dos conhecimentos que eu tinha adquirido, o que foi uma experiência riquíssima, além da chance de conhecer melhor o universo dos acervos pessoais e seu processamento, e prosseguir pesquisando na área de Historiografia em um Instituto em que as possibilidades concretas de diálogo entre as Ciências Humanas são muitas.

Nesses meses em que fiquei no IEB, desenvolvi parte do projeto de Pós-Doutorado. Depois, enquanto esperava a resposta da FAPESP, lecionei em uma faculdade particular. Saí quando consegui a bolsa. E, após um ano de bolsa, entrei como docente do IEB.

DCS: Como funciona a relação entre o IEB e o Departamento de História?

PTI: Eu, como professor e pesquisador da área de História do IEB, tenho que dar uma carga horária de aulas por semestre, e posso fazê-lo aqui no IEB ou lá na História. Sou credenciado, também, no programa de pós-graduação em história social do Departamento.

DCS: Quando você foi aluno, participou do Movimento Estudantil?

PTI: Não, não participei do Movimento Estudantil. Embora a questão política interessasse para mim. Como já disse, participei de um grupo de estudos em que lemos o

primeiro volume de *O Capital*, de Marx, além de outros textos. Uma parte das reuniões, que ocorriam no sábado, se realizava no escritório do Prof. Florestan Fernandes, que era no centro da cidade, perto da Bela Vista. Mas eu estava muito concentrado em me formar intelectualmente. Quando fiz Economia, senti que o que me faltava era essa

disciplina nos estudos. Desde cedo, sempre fui muito voltado para a criação – mas o trabalho acadêmico demandava um outro patamar de disciplina. E empenhei meus esforços nisso. Acho que foi um grande desafio para mim criar uma disciplina intelectual. Isso é, de fato, muito difícil no começo – mas a recompensa é imensa.

ENTREVISTA COM LINCOLN SECCO

POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO

ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM PROJETO SOBRE OS 70 ANOS DA FFLCH

SOB ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR SEDI HIRANO

O entrevistado é professor do Departamento de História.

Daniel Cantinelli Sevillano: Gostaria que você me contasse sobre sua formação acadêmica.

Lincoln Secco: Eu ingressei na USP em 1987 com 17 anos de idade. Frequentei dois anos e meio os cursos de Português e Italiano, quando os abandonei para repensar minha vida e, confesso, para participar da campanha eleitoral de 1989. Naquele ambiente politizado, eu me preparei para ingressar no curso de História. Nas Letras tinha aprendido muito, especialmente com dois anos consecutivos de aulas com o Professor Davi Arriguicci Jr. Ele encantava os alunos e nos ensinava o rigor necessário para apreender os aspectos formais e históricos da poesia e do romance. Já no curso de História, no qual entrei em 1990, eu senti a dificuldade de lidar com inúmeros textos fragmentados (capítulos de livros). Isso ocorria no meu curso anterior, mas nós também líamos livros inteiros, pois eram indispensáveis às aulas. Por exemplo: não era possível fazer determinado semestre de Literatura Grega sem ler toda a *Odisséia*. Mas o que me marcou na História (como a todos os meus colegas de turma que prosseguiram na pesquisa acadêmica) foram as aulas da Profa. Ilana Blaj. Ela falava sem parar por 4 horas ou mais! Segurando sempre um cigarro e inquirindo os alunos com questões complexas que, de repente, revelavam-se enigmas sedutores. Com ela fiz meu primeiro trabalho que julguei importante. Era sobre as implicações da Revolução de Avis na expansão ultramarina. Com ela nasceu meu primeiro interesse pela História de Portugal e meu primeiro contato com a geografia ibérica.

Na Pós-graduação eu não estudei diretamente Portugal, todavia. Sentia ainda uma deficiência teórica no conhecimento do marxismo, apesar de minha leitura de *O Capital* e de um excelente curso que fizera sobre “O 18

Brumário” de Marx com o Professor Istvan Jancsó. Apaixonado pelo tema da “revolução”, eu fiz, então, um mestrado sobre a recepção das idéias de Gramsci no Brasil. Depois, escrevi uma tese de doutorado sobre a Revolução dos Cravos e a Crise do Terceiro Império Colonial Português, defendida em 2003 quando eu já era professor do Departamento.

DCS: Como era a Faculdade e o DH nos seus tempos de aluno de graduação?

LS: Um espaço desarticulado e sombrio. Lembro-me de tardes em que eu ficava sozinho no pátio lendo algum romance e desesperado diante de um futuro incerto. Os alunos tinham dificuldades de conviver dada a estrutura do curso de História, onde os alunos montavam a sua grade curricular na ordem que queriam e não havia nem mesmo o chamado “semestre ideal”.

DCS: O Paulo Iumatti me disse que vocês participaram de um grupo de estudos sobre *O Capital*. Como era esse grupo? Era uma iniciativa dos alunos ou de algum professor?

LS: Nossa turma montava vários grupos de estudos. Eu participei de um sobre o jovem Marx, por exemplo. O grupo de leitura de *O Capital* nasceu por iniciativa nossa, em agosto de 1991. Eu, o Paulo e o Rafael Marquese éramos colegas de turma e do curso da Professora Ilana. Talvez seja mais do que mera coincidência o fato dos três terem se tornado docentes da nossa Faculdade. Nós nos reuníamos na Rua Santo Amaro, na Bela Vista. O grupo não era acadêmico, pois mesclava as leituras com algumas discussões políticas. Além disso, dele participavam militantes do PT. Depois de lermos o primeiro volume houve uma natural dispersão em função das nossas pesquisas acadêmicas, mas eu con-

tinui a leitura com um aluno brilhante do nosso Departamento, o Luís Franco. Porém, já não tínhamos o mesmo rigor do começo. Eram outros os tempos e as vontades. Com a entrada de alguns alunos da Faculdade de Tecnologia, aquele pequeno grupo tornou-se um importante núcleo de formação política do PT de São Paulo.

DCS: Você participou do Movimento Estudantil? Como era esse Movimento quando você era aluno?

LS: Quando entrei na USP eu já era militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), no qual ingressara aos 15 anos de idade num comício da campanha “Diretas Já”. Abandonei o PCB e ingressei no PT dois anos depois. Por isso, sempre preferi manter minha atuação política no movimento popular na Zona Leste. Entrava em contato esporadicamente com amigos do meu partido que atuavam no DCE e ajudei numa ou noutra campanha, mas sem ingressar de fato no Movimento Estudantil. Em minha época o ME passou por um refluxo com a única exceção do ano de 1992 (impeachment do Collor).

DCS: Você tinha participação ativa junto ao escritório político do então deputado federal Florestan Fernandes. Como você entrou em contato com ele? Como era sua participação?

LS: Eu só participei das campanhas eleitorais do Florestan. Cheguei a ele em 1986 por pura convicção ideológica. Minha geração lia com espanto seus artigos de jornal dos anos 80. Ele tinha uma coragem imensa. Escrevia sobre Marighela em 1983 quando ainda havia uma ditadura. Eu lia aquilo sem entender bem, mas o admirava. Seu livrinho *O que é Revolução* foi uma bomba. Ele falava de um tema que a esquerda já estava se desacostumando a considerar. Florestan me marcou profundamente como “publicista revolucionário”. Eu só passei a estudar o tema “revolução” por causa dele. E era uma pessoa de fino trato. Cheguei a ele através de meu amigo Paulo Henrique Martinez (hoje professor de História na Unesp – Assis). Paulo era assessor dele em São Paulo. Eu os acompanhava às vezes nos inúmeros debates e palestras que Florestan fazia a convite de vereadores do PT e de tendências internas do partido. Fiz muito isso no ano de 1992, quando Florestan apoiou muito um candidato a vereador, o Artur Scavone. Florestan era um revolucionário que defendia reformas. Lembro que um dia, quando fomos a Guarulhos, eu perguntei a ele sobre um parlamentar de uma tendência esquerdista que costumava incomodá-lo e ele me disse: “Há pessoas que acham que ser revolucionário é

explodir bombas. Nunca leram uma linha de Marx”.

DCS: Você acompanhou a Greve dos alunos de 2002? Quais suas opiniões sobre ela?

LS: Acompanhei de longe, porque eu estava muito envolvido com minha pesquisa. Além disso, eu e a historiadora Marisa Deaecto trabalhávamos na notável biblioteca do professor Edgard Carone, onde eu aprendia muito. Mas a greve foi um feito político que ainda está por ser melhor analisado e compreendido. Depois dela é que eu me tornei docente temporário de História para o curso de Geografia (2003): uma experiência magnífica, pois lá conheci alunos inesquecíveis. E, finalmente, fiz-me professor de História Ibérica em 2004. A greve teve um resultado especial para mim, pois provocou uma renovação rara na nossa Faculdade. De repente, ingressaram quase que de uma só vez vários professores de uma única turma: a de 1990.

DCS: O que esperar da Faculdade nos próximos anos?

LS: Para um historiador é difícil falar do futuro. Mas eu creio que nos próximos anos nós teremos uma Universidade sob pressão muito maior de propostas ditas democráticas e de pressões fortes daqueles que acusam a USP de pertencer aos privilegiados. A Faculdade de Filosofia terá que saber unir a negociação com o esclarecimento (sua missão precípua). Isto implica compreender os *enragés* de sempre. Os que sonham abolir hierarquias e fazer arruaças, mas não revoluções de verdade. As hierarquias suportam os abalos. Pessoas do andar de baixo ocupam o de cima e aquietam-se, como falava nosso mestre Fernand Braudel. É o que elas querem no fundo. E a tradição, renovada, se recompõe. Pois não há universidade sem uma certa tradição. Também um certo radicalismo, convenientemente mantido longe das reais estruturas de poder da sociedade, é funcional para a reprodução social. Muitas pessoas nem se apercebem disso. Como diria o velho Karl, que eu e meus amigos estudávamos: “Fazem, mas não o sabem”.

A Faculdade de Filosofia vai sobreviver porque ela sempre soube responder com reservas, com cautela, às demandas dos seus alunos, dos seus professores e da sociedade. E ela será socialmente justa se continuar primando pela seriedade no ensino, na pesquisa e na extensão, gastando com rigor os recursos públicos que recebe da população. Sem ceder à demagogia. Dando o que tem de melhor ao corpo discente, pois é para ele que o ensino existe. E sendo exigente com ele. Gosto de lembrar aos meus alunos, aos que desejam ser radicais, que o velho Lênin (e perdoe-me por citá-lo) costumava dizer que há três coisas que um comunista deve fazer: estudar, estudar e estudar.

ESPAÇO DISCENTE

(QUAIS) UNIVERSIDADE E DEMOCRACIA (?)

LUCIANO LAFACE

DIRETOR DO DCE LIVRE DA USP

“ALEXANDRE VANNUCCHI LEME”

“(…) eu me espanto de ver que os médicos mais zelosos dessa velha senhora
lhe prescrevem uma beberagem que lhe será fatal.
Todos devem ter o direito de morrer em paz”.
Prof. Gérard Lebrun, 1986.

Nossa universidade nunca foi um projeto acabado. Ao longo de seus 71 anos, ela viu enormes disputas sobre sua forma, objetivos e rumos. Essa intrigante história vive um período atípico: a eleição para reitor este ano será um momento capital para pressionarmos pela democratização da mais autoritária das universidades brasileiras.

Criada três anos antes do Estado Novo, a USP ainda carrega o autoritarismo de sua origem. Para a elite liberal que a concebeu, a universidade pública representava importante instrumento na formação da elite dirigente que deveria construir um projeto de nação para o Brasil. A defesa dos valores capitalistas aparecia como defesa dos valores universais da razão e da liberdade e, paradoxalmente, a crença na educação como procedimento construtor da democracia justificou por diversas vezes a ausência da prática democrática e a repressão dentro da universidade.

O golpe de 64 consolida o controle conservador e estimados consultores americanos auxiliam na implementação de um fabuloso “projeto político de despolitização” da universidade, com decisões monopolizadas por uma casta de burocratas.

A redemocratização do país, que completa 20 anos, é marcada por uma linha economicista e tecnocrata que ins-

tala na USP a mentalidade do “gerenciamento”: seus dirigentes devem ser administradores eficientes que usam de avançados critérios de eficácia empresarial nas decisões da vida universitária. Mas não é só. Sob raio-x, a estrutura de poder da USP revela que os cargos nos conselhos centrais são ocupados em sua maioria por integrantes das fundações de direito privado. Exercendo pesadas influências nas agências de fomento, instala-se um ciclo pernicioso que permite decisões baseadas em tráfico de influências, fisiologismo, ausência de discussão e até mesmo atitudes criminosas que acabam aparecendo como componentes naturais da vida “democrática” que temos hoje.

Você verá que a reflexão política e a mobilização do movimento estudantil são apresentados como radicalismo inútil frente à lógica da eficiência, esta sim “útil”. Quem se opõe é desqualificado, e as conseqüências vão de recentes proibições de festas, passando pelo impedimento da homologação de RDs na Educação Física. É nesse quadro em que a *patologia institucional* é tomada como normalidade e o absurdo é aceito como inevitável que levantaremos a bandeira das eleições diretas para reitor. Para que a “velha senhora” viva outros 70, nossa passagem por ela não pode se resumir à fatalidade de uma tragédia grega.

EVENTOS

DOAÇÃO DE LIVROS CHINESES



foto: Anderson de Santana (SBD)

A Biblioteca Central da FFLCH recebeu uma doação da Embaixada da China no Brasil, entregue à Vice-Diretora: Profa. Dra. Sandra Margarida Nitrini, em 18.03.05.

A doação é constituída por mais de 100 (cem) volumes de livros e materiais audiovisuais nas áreas de Literatura, Artes, Língua e outros aspectos da Cultura Chinesa. Entre os títulos recebidos podemos destacar:

- Dicionário conciso Português-Ingês



- Contemporary Chinese dictionary
- New practical Chinese reader
- Places of historical and cultural interest in China
- Chinese classical poetry
- Chinese characters
- Kunqu Opera
- Colorful seasons in China
- Chinese musical instruments
- Chinese fables and cultural stories

O tombamento e processamento técnico do material bibliográfico estão sendo efetuados pela Biblioteca para acesso e consulta imediatos.

DOAÇÃO DE LIVROS ALEMÃES

No dia 6 de abril, quarta-feira às 15 horas no Prédio da Administração da FFLCH, se realizou o ato da entrega de uma doação de livros que se destinam à Biblioteca da FFLCH. Trata-se de uma doação da DFG / Deutsche Forschungsgemeinschaft (Associação Alemã para o fomento da Pesquisa) que responde a um pedido feito no ano passado pelo Leitor do Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico, Ulrich Beil, professor visitante na Área de Alemão.

Os títulos, dentre os quais se incluem obras em lingüística e bibliografias recentes sobre vários autores, entre eles W. Benjamin e H. v. Kleist, correspondem particularmente

aos interesses de pesquisa dos Departamentos de Letras. Entre estes livros encontram-se vários handbooks sobre campos especiais da lingüística que representam fundamentos do trabalho. O valor total da doação soma em 9.000 Euros, correspondente a mais ou menos 32.000 reais.

Para o ato da entrega foram convidados o Cônsul Geral, Dr. Hubertus von Morr, o Adido Cultural, Christian Schulz, o Chefe do Departamento de Letras, Mario González, a Diretora da Biblioteca da FFLCH, Márcia Elisa Garcia de Grandi, o atual Leitor do Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD), Dr. Goez Kaufmann e os docentes da Área de Alemão.

JORNADA DE DEBATES SOBRE LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

DATA: 19 de abril de 2005
HORÁRIO: 15h
LOCAL: Prédio de Letras, sala 201

TEMA: A literatura entre os anos 60 e hoje
Teatro
Ficção contemporânea
Poesia contemporânea

CONVIDADOS:
Andréa Saad Hossne, Jaime Ginsburg, Iná Camargo Costa, Fábio Weintraub, Juliano Garcia Pessanha, Luiz Ruffato, Maria Silvia Betti, Rita Olivieri-Godet e Roberto Zular



Lançamento da Revista
"LITERATURA E SOCIEDADE 8" – às 18h na sala 262

COMISSÃO EDITORIAL:
Maria Augusta Fonseca, Sandra Nitrini, Viviana Bosi

PRODUÇÃO DOS DOCENTES DA FACULDADE



ISBN: 85-98292-30-3 /
158p. / 14x21 / R\$20,00

ARTE E INTUIÇÃO: a questão estética em Bergson Izilda Johanson

Este livro tem por finalidade abordar a pertinência, a legitimidade e a validade de uma estética em Bergson. Busca concentrar sob um duplo foco as principais noções constitutivas de uma teoria sobre a arte: a partir do encontro da filosofia com uma certa concepção de arte e, no sentido inverso, a partir da assimilação dessa teoria por parte de certos movimentos artísticos. Sob a perspectiva do primeiro enfoque, a do conhecimento, arte e metafísica serão vistas caminhando numa mesma direção, que se mostrará ser a da via intuitiva. Este é o ponto de partida para a constituição de uma estética em Bergson, a rigor, não formulada formalmente: a relação entre arte e metafísica. A arte cumpre um certo papel em relação à filosofia, mais especificamente, uma certa concepção de arte, de cunho impressionista, da poesia simbolista, do romance proustiano: eis o que dialoga com a estética bergsoniana e está por trás dela. Sob a perspectiva do segundo enfoque, dos movimentos artísticos, a análise de algumas obras literárias pode, por seu turno, demonstrar que, de modo geral, a poesia simbolista e o romance proustiano – este último sobretudo – desenvolveram-se muito bem dentro do campo de pensamento criado por Bergson, permanecendo sensíveis a questões como a relação entre consciência e mundo, consciência e linguagem, representação e não-representação, e beneficiaram-se das noções constituídas pela sua teoria. Espera-se, por fim, com este trabalho, poder ressaltar, ao longo do seu desenvolvimento, o interesse que um pensamento filosófico pôde oferecer à arte de seu tempo e seu real alcance em relação à realidade artística.

FORÇA E LEGITIMIDADE: novas perspectivas? Bernardo Ricupero e Raquel Kritsch (Orgs.)

Se é verdade que os ataques às torres gêmeas do World Trade Center e ao Pentágono, no fatídico 11 de setembro de 2001, marcaram um momento de inflexão na história política e militar dos Estados Unidos da América, não é menos verdadeiro que a intervenção unilateral no Iraque, iniciada em março de 2003, marcou uma perigosa alteração de rota nas regras políticas do jogo internacional – mais especificamente na forma de organização do direito internacional. A perplexidade diante desse cenário perigoso e pouco animador foi o que motivou a realização do seminário *Força e legitimidade: novas perspectivas?*, agora publicado na forma de livro. Com ele, esperamos ajudar a lançar um pouco de luz sobre os dilemas que vivemos.



ISBN: 85-98292-34-6 /
176p. / 14x21 / R\$20,00



ISBN: 85-98292-41-9 /
136p. / 14x21 / R\$20,00

A VIA CRUCIS DO OUTRO: identidade e alteridade em Clarice Lispector Daniela Kahn

Este livro estuda configurações arcaicas da identidade/alteridade na narrativa de Clarice Lispector que resultam em soluções estéticas inesperadas e instigantes tais como o formato peculiar do conto "A Quinta História". O encadeamento das análises dos textos "A Geléia Viva", "Encarnação Involuntária", "Uma História de Tanto Amor", "Uma Galinha", "A Menor Mulher do Mundo" e "A Solução" esboça um itinerário da penosa diferenciação desse *outro* condenado a espelho do *mesmo*. Finalizando, o estudo da perspectiva narrativa do romance *A Hora da Estrela* enfoca o tema da falta de espaço social.

Entre olhares e vozes

**Marleine Paula Marcondes e Ferreira de Toledo,
com a colaboração de Heliane Aparecida Monti Mathias**

Este livro tem como tema o mundo ficcional criado por Milton Hatoum, escritor descendente de família árabe, nascido em Manaus e que publicou dois romances: *Relato de um certo Oriente* e *Dois irmãos*. Os dois romances de Milton Hatoum são analisados nesta obra. Primeiro as autoras especificam com detalhes o foco narrativo de ambos, as diferentes visões de mundo contidas nos narradores. Em seguida são analisados o conjunto de imagens, as figuras de linguagem, os registros e discursos que veiculam aquelas visões de mundo e formulam aqueles problemas. Os recursos retóricos são assim especificados em seu funcionamento e nos efeitos que alcançam. Revelam-se ainda certas relações que se estabelecem entre personagens e a matéria narrada tendo em vista a recepção do leitor.

Este trabalho é escrito em linguagem simples e direta, procurando manter sempre o leitor a par dos conceitos trabalhados nas páginas do livro.



Cultura Brasileira, o jeito de ser e de viver de um povo Marleine Paula Marcondes e Ferreira de Toledo (organizadora)

Este livro, composto de uma série de artigos de diversos pesquisadores das mais variadas áreas (há um artigo do professor Francisco Alambert, docente do Departamento de História da FFLCH) trata do Brasil e sua cultura. Dividida em três partes – *Identidades, Culturas e Regiões* – a obra, ao reunir ensaios de pesquisadores de várias áreas das Humanidades, procura mostrar em si mesma a diversidade que pode ser vista ao analisarmos os diversos *Brasis* dentro de nosso país. Não se trata de uma obra definitiva, mas de um primeiro passo para aqueles que gostam de saber sempre um pouco mais sobre a cultura e os povos do Brasil.

INFORME

Informativo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP

N. 17 – abril/2005

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO E IMPRENSA
PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO – RUA DO LAGO, 717
CIDADE UNIVERSITÁRIA – CEP 05508-900
TELFAX: 3091-4612 – FONE: 3091-4938



O Comitê Editorial do Informe encontra-se à disposição para o recebimento de material. Artigos devem, preferencialmente, conter 50 linhas de 70 toques e outras matérias (notícias, eventos etc) no máximo 10 linhas. Tel/Fax (0XX11) 3091-4612 e e-mail: informe@usp.br